

**Plano de Trabalho do Município de
Tumiritinga/MG para a execução do
Plano Municipal de Reparação em Pro-
teção Social**

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 GESTÃO	5
3 PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO	7
4 PLANO MUNICIPAL DE REPARAÇÃO EM PROTEÇÃO SOCIAL.....	8
5 PLANO DE TRABALHO	10
5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social	10
5.1.1 Atividade 1 – Capacitação Profissional.....	10
5.1.2 Atividade 2 – Suplementação de Recursos Humanos.....	12
5.1.3 Atividade 3 – Transporte de Equipes	18
5.1.4 Atividade 4 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV	20
5.1.5 Atividade 5 – Equipamentos	23
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26
7 INDICADORES	27

PLANO DE TRABALHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE REPARAÇÃO EM PROTEÇÃO SOCIAL DE TUMIRITINGA/MG

1 INTRODUÇÃO

O presente Plano de Trabalho foi elaborado em conjunto, Fundação Renova e o Gestor Municipal de Assistência Social do município de Tumiritinga, onde o responsável municipal detalhou as especificidades das ações previstas no Plano Municipal de Reparação em Proteção Social, elaborado em 2018, para atendimento das famílias e/ou indivíduos vulneráveis, nas comunidades impactadas em função do rompimento da barragem Fundão/MG.

Este instrumento deve estar em consonância com as prerrogativas do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e os parâmetros estabelecidos pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Este Plano de Trabalho possui os seguintes objetivos:

- ✓ Determinar as suas áreas de atuação e as metas quantitativas a serem atingidas;
- ✓ Estabelecer indicadores de desempenho a serem monitorados para acompanhamento e avaliação da efetividade do acordo celebrado entre as partes;
- ✓ Definir estratégias de atuação da Fundação Renova no apoio às especificidades no atendimento da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial da Assistência Social local, a fim de mitigar os impactos gerados pelo rompimento da Barragem de Fundão/MG;
- ✓ Estabelecer atuação integrada e coordenada para responder às demandas referente à Política Pública de Assistência Social da população impactada;
- ✓ Permitir e estimular, por meio da atuação integrada, a interlocução com órgãos intersetoriais para garantir respostas assertivas, eficientes e eficazes;

✓ Fomentar processos, protocolos e procedimentos no âmbito do SUAS, para atender demandas das famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados.

2 GESTÃO

O Plano de Trabalho em questão possui como diretrizes a reparação integrada e a articulação com as Políticas Públicas já existentes, ou seja, os integrantes da Rede Socioassistencial local devem ser envolvidos na execução das atividades. Por essa razão, este Plano pretende contribuir com a complementação/otimização das ações de acompanhamento socioassistencial já desenvolvidas pelo município de Tumiritinga com as famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados.

Deste modo, a atuação da Fundação Renova no município de Tumiritinga, de acordo como TTAC, para o atendimento das famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados, está relacionada ao Programa de Proteção Social que adota a estratégia de atuar no apoio ao fortalecimento dos serviços públicos essenciais de Assistência Social e na execução de ações socioassistenciais, sendo que as referidas ações devem estar de acordo com as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993); Política Nacional de Assistência Social (PNAS); Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012 (institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC); e, do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres (Portaria Interministerial n.2, de 06 de dezembro de 2012).

É fundamental que o município de Tumiritinga implemente e aperfeiçoe ferramentas de controle que contemplem indicadores quantitativos para o monitoramento dos processos e das atividades desenvolvidas com a população vulnerável atingida. Isso permitirá que o trabalho e os resultados sejam constantemente avaliados e os problemas mitigados em tempo hábil.

É muito importante que os processos a serem implementados para as ações previstas neste Plano não comprometa o fluxo de trabalho, mas

que viabilize alcançar os objetivos no atendimento do público-alvo e contribuir com a melhoria das suas condições de vida.

Ademais, pensando em um cenário macro, articulado e de continuidade na oferta de serviços e ações nas comunidades impactadas, o Plano de Trabalho e o Termo, a serem assinados, poderão ser informados ao Conselho Municipal de Assistência Social e as ações previstas neste plano deverão compor o Plano Municipal de Assistência Social.

Além dos processos de gestão implementados pelo município para o acompanhamento, controle e avaliação de seus serviços, o Gestor Municipal de Assistência Social deverá alimentar, sistemática e rotineiramente, a Fundação Renova por meio do Programa de Proteção Social com informações quantitativas dos serviços prestados no atendimento das famílias e indivíduos atingidos pelo rompimento da Barragem.

O município deverá produzir relatórios quadrimestrais e enviá-los à Fundação Renova apontando as atividades desenvolvidas pelos equipamentos públicos de Assistência Social, sobretudo os serviços do CRAS e CREAS, para garantia da transparência e monitoramento/acompanhamento dos resultados.

As metas e os indicadores serão estabelecidos para a avaliação das ações compartilhadas entre o Gestor Municipal e Fundação Renova para o atendimento da população atingida.

Vale ressaltar que este Plano de Trabalho é parte integrante do instrumento jurídico que deverá ser assinado entre as partes envolvidas.

3 PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO DO SUAS NO MUNICÍPIO¹

O SUAS no município de Tumiritinga está organizado de acordo com os seguintes tipos de proteção²:

a) Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O acolhimento das demandas neste tipo de proteção social ocorre no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (BRASIL. MDS. PNAS, 2005).

b) Proteção Social Especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivos a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social e violação de direitos. Este tipo de proteção social se divide em média complexidade, que possui o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) como principal equipamento público, e alta complexidade (BRASIL. MDS. PNAS, 2005).

A organização da oferta de serviços socioassistenciais é responsabilidade do Poder Público, por meio dos órgãos gestores da Política Pública de Assistência Social nos municípios e nos Estados, quando se tratar da oferta de serviços regionalizados, e deverá atender a quem dela necessitar.

O Município de Tumiritinga é composto por 01 equipamentos de CRAS, 01 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, não possui CREAS.

¹ Objeto deste Plano de Trabalho.

² Conforme estipulado pela LOAS, PNAS e Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2018)

4 PLANO MUNICIPAL DE REPARAÇÃO EM PROTEÇÃO SOCIAL

O Programa de Proteção Social, da Fundação Renova, está alinhado aos conceitos e diretrizes da Política Pública de Assistência Social. Entretanto, diferencia-se das atribuições do Poder Público, por ter a responsabilidade na reparação e mitigação dos danos causados às famílias e indivíduos vulneráveis em função do rompimento da barragem. Conforme descrito na cláusula 56 do TTAC, excluindo o que for de capacidade do Poder Público, o Programa irá apoiar a adoção de protocolos de atendimento das famílias identificadas em situação de vulnerabilidade em decorrência do Evento.

Deste modo, as ações, aqui destacadas, são estratégia de reparação definidas conforme o levantamento dos impactos identificados nas comunidades, pelo Cadastro Integrado da Fundação Renova, considerando as 616 (seiscentos e dezesseis) famílias vulneráveis impactadas, e serão desenvolvidas pelas equipes municipais de Assistência Social do município de Tumiritinga, de acordo com o disposto no SUAS, em parceria com os órgãos estaduais e federais, com o apoio da Fundação Renova, ressalvadas as competências das partes envolvidas.

4.1 Objetivos do Plano Municipal de Reparação em Proteção Social

- ✓ Definir territorialmente como será realizado os atendimentos das famílias e ou indivíduos vulneráveis das comunidades impactadas pelo rompimento;

- ✓ Identificar os possíveis agravamentos de vulnerabilidades nas famílias e/ou indivíduos vulneráveis, primeiramente por levantamento das percepções do grupo técnico e gestores municipais e Estaduais de Assistência Social relacionadas ao rompimento da barragem;

- ✓ Definir estratégias de reparação em Proteção Social para este público vulnerável;

- ✓ Definições claras das responsabilidades da Fundação Renova e do Poder Público no processo de reparação das famílias e/ou indivíduos vulneráveis;

- ✓ Garantir a integração e a priorização no atendimento das famílias e/ou indivíduos vulneráveis na rota de reparação e pelos demais programas da Fundação Renova.

5 PLANO DE TRABALHO

5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social

5.1.1 Atividade 1 – Capacitação Profissional

Introdução

O escopo do Programa de Proteção Social prevê, como um dos seus eixos de atuação, o Fortalecimento da Política Pública de Assistência Social e, entre as ações previstas, constam aquelas de apoio à capacitação e supervisão técnica das equipes de Proteção Social municipais e estaduais. Essas ações são consideradas fundamentais para aprimorar os profissionais no atendimento das famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados pelo rompimento da barragem.

A oferta de serviços socioassistenciais em situações de crise e emergência permite aos operadores da Política Pública de Assistência Social rever seus processos e fluxos de trabalho, principalmente na organização e análise dos dados produzidos no período emergencial. Para garantir celeridade e qualidade na oferta de tais serviços, o Programa de Proteção Social propõe a realização de capacitações para as equipes municipais que irão operacionalizar este Plano de Trabalho nos seguintes eixos:

- ✓ Capacitação para gestores e técnicos: *"Oferta de serviços socioassistenciais e acompanhamento familiar em situações de crise e emergência"*, conforme a metodologia do capacita/SUAS;

- ✓ Capacitação para gestores e técnicos: *"Implementação da vigilância socioassistencial para o monitoramento e avaliação dos serviços"*, conforme a metodologia do capacita/SUAS;

- ✓ Oficinas por polos, com as equipes de Proteção Social locais com o objetivo discutir e desenvolver estratégias para o aprimoramento das ações nas comunidades impactadas (assessoria de apoio aos municípios conforme sua realidade no SUAS).

Objetivos

- ✓ Proporcionar aos profissionais envolvidos na execução deste Plano, capacitações com temas sobre atendimento de famílias e indivíduos em situação emergencial em caso de desastres;
- ✓ Compreender melhor os possíveis agravamentos de vulnerabilidades ocorridos nos núcleos familiares e/ou indivíduos após o rompimento da barragem;
- ✓ Aprimoramento das equipes locais no atendimento de famílias e/ou indivíduos impactados pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Justificativa (Por que?)

O SUAS é um sistema recente dentro do cenário da Políticas Públicas brasileira, com pouco histórico de atuação em desastre da dimensão como foi o rompimento da Barragem Fundão/MG. Na sua implementação, em todo território nacional, os gestores municipais enfrentam grandes desafios no trabalho social com as famílias e na oferta dos serviços socioassistenciais. No contexto dos territórios impactados pelo rompimento da barragem, estes desafios são ainda maiores, o que exige muita compreensão e conhecimento da atribuição pública na Proteção Social brasileira e o processo de reparação previsto no TTAC por meio de um Programa.

Diante desse cenário, faz-se necessário a capacitação de todos envolvidos no processo de reparação, em especial das equipes técnicas locais para a realização do trabalho social com famílias e indivíduos vulneráveis impactados, tendo como pressuposto a celeridade e a qualificação no atendimento de demandas deste público e ao mesmo tempo distinguir as especificidades dos atendimentos em cada território impactado.

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 1 – CAPACITAÇÃO

Participação das equipes municipais em oficinas de capacitação para as equipes da Assistência Social com abordagem de temas para enfrentamento da situação de desastre com perspectiva interdisciplinar.

PARA QUÊ?

Aprimoramento do trabalho das equipes municipais para realização do trabalho social com as famílias e indivíduos no contexto de situação de desastre.		
O QUE?		
Participar de oficinas de capacitação regionais cujo tema é importante para o desenvolvimento do trabalho social com famílias das comunidades impactadas.		
QUANDO?		
Primeiro e Segundo semestres de 2019.		
QUEM?		
Equipes técnicas do CRAS e CREAS e da Gestão do município de Tumiritinga.		
COMO?		
As oficinas de capacitação serão regionalizadas e desenvolvidas por consultoria contratada pela Fundação Renova, sendo a mesma, responsável por identificar a estrutura física, logística e os especialistas com capacidade técnica para realização da atividade.		
As vagas para o município de Tumiritinga são 06.		
ONDE?		
A ser definido.		
RECURSOS NECESSÁRIOS?		
Humanos: Consultoria especializada		
Logístico: local, lanche, material didático, som, Datashow e etc.		
RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO?		
Disponibilização dos técnicos e custeio de alimentação, deslocamento e hospedagem dos participantes.		
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA?		
Contratação de empresa especializada, organização logística do evento e material necessário para o desenvolvimento das atividades.		
METAS?		
Pelo menos um profissional da Gestão local da Assistência Social do município capacitado.		
Pelo menos um profissional capacitado de cada equipamento público da Assistência Social do município. Ou seja, 09 vagas.		
PRAZO DE VIGÊNCIA?		
Até 2 anos, podendo ser prorrogado caso sejam comprovadas permanência ou agravamento de vulnerabilidades das famílias vulneráveis cadastradas, em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.		
CRONOGRAMA – ATIVIDADE CAPACITAÇÃO		
Ação – Capacitação	Período de Execução	Unidade
Oficina 1	Segundo semestre de 2019	01
Oficina 2	Segundo semestre de 2020	01

5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social

5.1.2 Atividade 2 – Suplementação de Recursos Humanos

Introdução

Conforme descrito na Política Pública de Assistência Social, o trabalho social com famílias é executado pelo Poder Público, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, que é o principal serviço de Proteção Social Básica (Decreto nº5.085, de 19 de maio de 2004). O PAIF consiste no trabalho social com as famílias, de caráter periódico e continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos sociais e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê também o desenvolvimento de implementação de estratégias que possibilite o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias atendidas pelo serviço.

Muito importante também é o trabalho realizado com as famílias pela Proteção Social Especial de Média Complexidade, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, que se constitui como serviço de apoio, orientação e acompanhamento de famílias em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social.

O atendimento do PAEFI fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas Políticas Públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de

transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito que foi violado.

Ambos os Serviços são executados nos municípios por meio dos equipamentos Públicos: sendo o PAIF executado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e o PAEFI por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Conforme NOB-RH/SUAS as equipes de referência são aquelas responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e Especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas a esse público.

A composição da equipe de referência dos CRAS, prevista na legislação para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Básica nos municípios são:

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrópole e DF
Até 2.500 famílias Referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível Superior, sendo um Assistente Social e outro, preferencialmente, Psicólogo.	3 técnicos de nível Superior, sendo dois Assistentes Sociais e, preferencialmente, um Psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois Assistentes Sociais, um Psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio.	3 técnicos de nível médio.	4 técnicos de nível médio.

NOB-RH/SUAS: Anotada e Comentada

Em comum acordo com o TTAC, a NOB-SUAS e o Plano Municipal de Reparação em Proteção Social definiu como estratégia de atuação, a ampliação na cobertura de atendimento do PAIF e PAEFI no município de Tumiritinga para o acompanhamento social das famílias e/ou indivíduos vulneráveis nas comunidades impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão.

A atuação do PAIF e do PAEFI no processo de reparação das famílias e/ou indivíduos vulneráveis atingidos é fundamental para mitigar os impactos sofridos por esse público, a partir do desenvolvimento de ações

continuadas que permitam a promoção e a restauração dos direitos sob ameaça de violação ou já violados.

Para essa ação, a Fundação Renova irá fornecer recursos para suplementar a equipe técnica já existente com novos profissionais de nível superior para CRAS e CREAS, a fim de otimizar a capacidade instalada no município e ampliar a cobertura do PAIF e PAEFI nas comunidades impactadas.

Objetivo

Suplementar com recursos humanos as equipes do CRAS e do CREAS com:

✓ 06 técnicos de nível superior para a Proteção Social Básica e Especial, para compor as equipes que executam o PAIF e PAEFI/equipe de referência da PSE;

✓ 01 motorista para apoiar no deslocamento da equipe suplementar para as atividades no atendimento às famílias vulneráveis impactadas.

Justificativa (Por que?)

Abaixo, o município de Tumiritinga traz os atendimentos realizados no período compreendido entre 2015 a 2018, de acordo com os dados do Registro Atendimento Mensal (RMA).

Para essa análise, foram considerados os indicadores de acompanhamento familiar, novas famílias atendidas por mês, visitas domiciliares, atendimentos individuais e atendimento coletivos.

Total de Atendimentos realizados pelos CRAS

Mês	2015	2016	2017	2018
Janeiro	406	132	208	601
Fevereiro	409	175	617	433

Março	409	206	512	378
Abril	414	384	512	402
Maio	414	408	633	275
Junho	419	389	541	180
Julho	419	512	610	174
Agosto	300	655	655	299
Setembro	250	370	528	292
Outubro	575	575	447	238
Novembro	398	480	551	414
Dezembro	147	256	235	256
Total	4560	4542	6049	3942

Fonte: Dados informados pelo Município

A contratação destes profissionais se justifica pela necessidade de garantir o acompanhamento técnico qualificado das famílias vulneráveis impactadas pelo rompimento da barragem, sem o comprometimento da qualidade e continuidade dos serviços de Proteção Social Básica e Especial ofertados à população do município.

Destaca-se que o prazo de execução dessa atividade será por um prazo de até 2 anos, sendo realizado após esse período a descontinuidade dessa suplementação de RH por parte da Fundação Renova.

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 2 – Recursos Humanos
Fortalecimento da Política Pública de Assistência Social com a fim de elevar a capacidade de atendimento do CRAS e CREAS. A expansão da cobertura do PAIF e PEFI nas comunidades impactadas é uma estratégia adotada pelo Programa, conforme legislação, que possibilita uma melhor atuação com as famílias para identificação de vulnerabilidades surgidas ou agravadas em decorrência do rompimento da barragem.
PARA QUÊ?
Fortalecer a capacidade pública para ampliar a oferta no atendimento na rede de

serviços socioassistenciais, com contratação de Recursos Humanos para a realização do trabalho com as famílias e/ou indivíduos vulneráveis impactados com o rompimento da barragem.	
O QUE?	
Contratação de: 07 profissionais para atuar nos CRAS e CREAS para atendimento nas comunidades impactadas, sendo 6 técnicos e 1 motorista. As equipes, a serem contratadas, deverão ter salários equiparados ao praticado pelo município Tumiritinga para os profissionais existentes.	
QUANDO?	
No segundo semestre de 2019.	
QUEM?	
O município de Tumiritinga contrata e faz a gestão da equipe sob lógica e diretrizes do SUAS.	
COMO?	
LEI 8.666 processo seletivo.	
ONDE?	
As equipes serão alocadas: CRAS – Rua São João, 574 CREAS/equipe de referência PSE – não possui	
RECURSOS NECESSÁRIOS?	
Repasse de recurso financeiro ao município. Aguardando memória de cálculo do município.	
RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO?	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar processo seletivo dos profissionais para compor a (s) equipe (s) que irá atuar no PAIF e do PAEFI das comunidades impactadas. ✓ Repassar informações do número de atendimentos realizados com famílias e/ou indivíduos vulneráveis para a Fundação Renova. 	
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA?	
Repassar o recurso necessário para contratação e manutenção dos profissionais que irão suplementar as equipes municipais, de acordo com as diretrizes da Fundação Renova.	
METAS?	
Ampliar a capacidade instalada em 100% das atividades desenvolvidas no PAIF e PAEFI pelo município de Tumiritinga.	
PRAZO DE VIGÊNCIA?	
Até 2 anos, podendo ser prorrogado caso sejam comprovadas permanência ou agravamento de vulnerabilidades das famílias vulneráveis cadastradas, em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.	
ATIVIDADE A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS	
Ação	Quantitativo
Atividades privativas dos técnicos do PAIF e PAEFI.	De acordo com a demanda local.
Busca ativa nas famílias vulneráveis	De acordo com a demanda
Visitas com relatórios das famílias atendidas	De acordo com a demanda
Visitas com relatórios do ministério público nas famílias atendidas	De acordo com a demanda
Atendimentos de encaminhamentos de medidas sócio-educativos	De acordo com a demanda

Reuniões de PAIF	De acordo com a demanda
Atender todas as demandas do CRAS junto com a equipe de referência do Município.	De acordo com a demanda

5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social

5.1.3 Atividade 3 – Transporte de Equipes

Introdução

Na maioria dos municípios a localização dos equipamentos públicos para desenvolver o trabalho com as famílias apresenta desafios, sobretudo para o atendimento de comunidades rurais e comunidades distantes da sede dos equipamentos públicos. Ou seja, o deslocamento das equipes de referências para o desenvolvimento de suas atividades é um ponto de atenção para os gestores municipais, principalmente em municípios com grande extensão territorial.

Por essa razão, disponibilizar veículo é fundamental para oferecer o suporte necessário aos técnicos do CRAS e CREAS no atendimento das famílias e indivíduos vulneráveis impactados, uma vez que parte significativa desse público se encontra em comunidades ribeirinhas ou rurais. Ter veículos disponíveis para o deslocamento das equipes é, portanto, uma forma de garantir a potencialização do trabalho/acompanhamento com as famílias por meio de visitas domiciliares, atendimento individual de famílias, oficinas coletivas nas comunidades, realização de busca ativa para inserção de famílias nos serviços e até mesmo para atendimento nos programas da Fundação, quando for o caso.

Objetivo

Disponibilizar 01 veículo e combustível para o deslocamento das equipes no atendimento das famílias impactadas.

Justificativa (Por que?)

“Aqui, o município deverá discorrer um pouco, sobre a distância das comunidades impactadas de cada centros de referência, para além da insuficiência de veículo no município, para atender a demanda de atividades para estas comunidades”.

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 3 – TRANSPORTE
Disponibilizar veículo de passeio e combustível para o deslocamento das equipes de CRAS e CREAS/equipe de referência PSE na realização de atividades com as famílias e/ou indivíduos vulneráveis das comunidades impactadas.
PARA QUÊ?
Ampliar a cobertura do PAIF e do PAEFI e otimizar o atendimento e acompanhamento das famílias impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão em comunidades distantes dos equipamentos públicos.
O QUE?
01 veículo e combustível para atender prioritariamente as atividades do CRAS e CREAS/equipe de referência PSE.
QUANDO?
Aproximadamente 180 dias a partir do processo de contratação do fornecedor.
QUEM?
Fundação Renova disponibilizará recursos para a contratação do fornecedor.
COMO?
Contratação de empresa que disponibilizará veículo e combustível para o município de Tumiritinga.
ONDE?
O veículo será disponibilizado aos CRAS e CREAS/equipe de referência PSE no município de Tumiritinga, para realizar o deslocamento das equipes até as comunidades impactadas e deslocamentos fora do município para capacitações e reuniões ofertadas em conjunto com a Fundação Renova.
RECURSOS NECESSÁRIOS?
Contratação de empresa para locação de veículo e combustível.
RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO?
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Utilização dos veículos somente para realizar as ações prevista neste PLANO DE TRABALHO; ✓ Disponibilizar o motorista para participar de treinamentos de direção defensiva; ✓ O município deverá prestar conta, informado quais atividades foram desenvolvidas com a utilização do veículo, por meio do histórico de um <i>check list</i> ou outro instrumento a ser definido em conjunto com a Fundação Renova.
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA?
Contratação e disponibilização de 01 veículo e combustível.
METAS?
Este veículo será disponibilizado para o acompanhamento de famílias nas comunidades impactadas do município de Tumiritinga.
PRAZO DE VIGÊNCIA?
Até 02 anos, podendo ser prorrogado caso sejam comprovadas permanência ou agravamento de vulnerabilidades das famílias vulneráveis cadastradas, em

decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.	
Atividades a serem realizadas com utilização veículo	
Ação	Quantidade / periodicidade/equipamento público
acompanhamento de famílias nas comunidades impactadas do município de Tumiritinga.	De acordo com a demanda
acompanhamento de famílias nas visitas da equipe de referência do município de Tumiritinga a serem atendidas pelo CRAS.	De acordo com a demanda
Deslocamento das equipes fora do município para participar de palestras e capacitações.	De acordo com a demanda

5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social

5.1.4 Atividade 4 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

Introdução

O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. É ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias e realizado por meio do PAIF e do PAEFI.

O SCFV possui um caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários. Visa resgatar os vínculos familiares e socio-comunitários realizando atendimentos coletivos por meio de atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a faixa etária dos usuários e o perfil do grupo a ser trabalhado.

No Município de Tumiritinga o SCFV é atendido no distrito do Divino do Sul tendo o público de crianças e adolescentes, no 1 de Junho atendemos os grupos de mulheres, crianças, adolescentes e idosos em São Geraldo de Tumiritinga atendemos crianças, adolescentes e idosos em Tumiritinga crianças, adolescentes, mulheres e idosos com oficinas com orien-

tação e lazer, com aulas de *jui-jitsu*, percussão e artesanato trabalhando o fortalecimento dos vínculos familiares e com a comunidades.

Objetivo

Fortalecer o trabalho social com famílias e indivíduos nas comunidades impactadas, por meio do repasse de recurso financeiro para a aquisição de insumos para a realização das atividades coletivas nas comunidades.

Justificativa (Por que?)

Considerando as situações de vulnerabilidade destes grupos, implementar os SCFV é de fundamental importância para mitigar os impactos nos núcleos familiares causados após o rompimento da barragem de Fundão.

Em situações emergenciais tende a potencialização dos conflitos e fragilização das relações de convivência e muitas vezes pode gerar violação de direitos básicos, como comprometimento à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à realização de atividades laborais, à cultura, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Neste contexto vivenciado pelas famílias dos municípios impactados, torna-se imprescindível proporcionar ações que busque o fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários.

Neste sentido, criar ações que possibilite a convivência destas famílias e indivíduos, contribui para amenizar o sofrimento gerado pelo rompimento da barragem, por meio de atividades lúdicas, culturais, esportivas e confraternizações.

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 4 - ATIVIDADES DO SCFV
Fortalecer as atividades do SCFV, previsto no SUAS, realizadas com famílias e indivíduos vulneráveis nas comunidades impactadas, a fim de mitigar os impactos ocorridos após o rompimento da barragem.
PARA QUÊ?

As atividades descritas visam ampliar e fomentar as atividades dos grupos de convivência, promovendo atividades culturais, esportivas, confraternizações e propiciar uma integração entre famílias participantes do SCFV. Fundamenta-se, também, na importância de desenvolver um trabalho social contínuo e efetivo com intuito de proporcionar momentos de reflexão, criatividade, gerar novas percepções e estimular a socialização, garantindo o fortalecimento de vínculos sociais e comunitários.		
O QUE?		
Recursos financeiros para materiais de custeio/insumos que serão utilizados para o desenvolvimento das oficinas.		
QUANDO?		
Aquisição dos insumos por parte do município de Tumiritinga para suprir as oficinas conforme cronograma, após o repasse do recurso pela Fundação Renova.		
QUEM?		
Fundação Renova e o município de Tumiritinga.		
COMO?		
Fundação Renova repassará o recurso ao município e este fará a aquisição dos insumos.		
ONDE?		
Material a ser utilizado no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e no CRAS.		
RECURSOS NECESSÁRIOS?		
Repasse de recurso pela FR para aquisição dos insumos.		
RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO?		
<ul style="list-style-type: none"> ✓Planejamento e realização das atividades de grupos nos serviços; ✓Mobilização das famílias para a participação das atividades; ✓Local para definição das atividades; ✓Realizar a aquisição dos equipamentos e dos insumos para as oficinas do SCFV. 		
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA?		
Repasse dos recursos necessários, em parcela única, para a aquisição dos insumos mencionados neste plano.		
METAS?		
Ampliar a capacidade instalada em 100%, o número de atendimento de crianças, adolescentes e idosos, sendo referenciados nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.		
PRAZO DE VIGÊNCIA?		
Até 02 anos, podendo ser prorrogado caso sejam comprovadas permanência ou agravamento de vulnerabilidades das famílias vulneráveis cadastradas, em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.		
CRONOGRAMA - ATIVIDADE PARA AS FAMÍLIAS NO SCFV		
Atividades realizadas para as famílias no SCFV	Período de Execução	Unidade
Oficinas com as famílias com orientação sobre os valores da família	15 dias	CRAS
Oficinas de artesanato dentro do tema abordado com pinturas.	15 dias	CRAS
Oficinas de música levantam facilmente o interesse da comunidade.	Ate 2 anos	CRAS

a dança tem como foco principal a memorização dos movimentos e, também promove uma interação significativa entre os participantes.		
rodas de conversa, cada integrante traz a sua contribuição para o grupo, de acordo com o tema proposto, com sua experiência de vida. Logo, a roda de conversa é um método que possibilita ao grupo aprofundar o diálogo, a expressão de suas angústias, desafios, enfim, o que pensa.	30 dias	CRAS
oficinas de artesanato desenvolvidas poricineiros especializados em algum tipo de habilidade, por exemplo, oficina de bordado ponto cruz ou de colcha de retalhos. Estas podem acontecer três vezes por semana ou semanalmente.	Ate 2 anos	CRAS
Oficinas de Costura	Ate 2 anos	CRAS

5.1 Diretriz - Apoio à Política Pública de Assistência Social

5.1.5 Atividade 5 – Equipamentos

Introdução

Considerando a otimização dos recursos humanos, veículos e insumos para o desenvolvimento do trabalho social com famílias no âmbito do PAIF no território impactado é preciso considerar a necessidade do suporte com equipamentos necessários para a realização das atividades.

Objetivo

Ampliar a capacidade de atendimento instalada com aquisição de equipamentos para realizar o trabalho social com as famílias vulneráveis impactadas das comunidades descritas nesse plano.

Justificativa

Para otimizar o desenvolvimento do trabalho social e ampliar a capacidade de atendimento dos serviços, é necessário disponibilizar recursos financeiros para a aquisição de material permanente de trabalho para as atividades da equipe complementar PAIF e PAEFI com as famílias impactadas vulneráveis.

Descrição das ações Programadas

AÇÃO PROGRAMADA 5 – EQUIPAMENTOS
Disponibilizar recurso financeiro para aquisição de material permanente para o desenvolvimento das atividades da equipe que irá complementar as atividades do PAIF e PAEFI.
PARA QUÊ?
Criar uma estrutura mínima para que o CRAS e CREAS tenham condições de acolher os novos profissionais para que estes possam realizar o atendimento e acompanhamento das famílias vulneráveis impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão em comunidades distantes.
O QUE?
Repassar recurso financeiro para a aquisição de equipamentos para a equipe técnica complementar.
QUANDO?
Segundo semestre de 2019.
QUEM?
Fundação Renova repassará ao Município recursos financeiros para a aquisição de material permanente.
COMO?
Repasse de recursos financeiros para o município de Tumiritinga, em parcela única, para aquisição de mesa, cadeira, notebook e impressora, conforme o quantitativo de profissionais suplementados.
ONDE?
Nos CRAS e CREAS de referência dos territórios impactados para realização das atividades da equipe complementar.
RECURSOS NECESSÁRIOS
Repasse de recurso pela FR para aquisição dos equipamentos.
RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO
Aquisição e disponibilização, para a equipe suplementada, dos equipamentos relacionados nesse Plano.
RESPONSABILIDADES DA FUNDAÇÃO RENOVA
Repasse de recurso financeiro, em parcela única, para aquisição de material permanente.
METAS
Ampliar a capacidade instalada em 100% das atividades desenvolvidas no PAIF e PAEFI pelo município de Tumiritinga.
PRAZO DE VIGÊNCIA
Até 02 anos, podendo ser prorrogado caso sejam comprovadas permanência ou agravamento de vulnerabilidades das famílias vulneráveis cadastradas, em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.
Equipamentos

Equipamento	
Ação	Quantidade /periodicidade/equipamento público

Tumiritinga, 24 de Julho de 2019.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2018.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p. 23.

BRASIL. **Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

BRASIL. **Lei nº 8.666 de 21 de junho de 93**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 03 de jul. 2018.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. LOAS. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm Acesso em: 18 de jun. de 2018.

7 INDICADORES

Os indicadores estão em fase de elaboração.